



<http://revistarebram.com/index.php/revistauniara>

EDUCAÇÃO DO CAMPO E POLÍTICAS PÚBLICAS: UM ITINERÁRIO DE QUESTÕES POLÊMICAS

Gislaine Cristina Pavini*; Maria Lucia Ribeiro **; Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante**; Antonio Wagner Pereira Lopes***.

* *Doutorado em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente pela Universidade de Araraquara - UNIARA.*

** *Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente pela Universidade de Araraquara - UNIARA.*

*** *Coordenadora e docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente pela Universidade de Araraquara - UNIARA.*

**** *Doutorado em Curso de pos-graduação em Engenharia Agrícola pela Universidade Estadual de Campinas, Brasil.*

*Autor para correspondência e-mail: gipavini@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE

Assentamentos Rurais
Escola do Campo
Pesquisa Bibliográfica

KEYWORDS

Rural Settlements
Countryside School
Bibliographic Research

RESUMO: A pesquisa aprofunda a discussão da vivência nos assentamentos, a ser incorporada ao processo de ensino-aprendizagem. Neste aspecto, o artigo tem por objetivo compreender a conjuntura das Escolas do Campo localizadas em assentamentos rurais abrangendo educação e políticas públicas do campo, contribuindo para prática social dessas escolas, sob o ângulo de suas especificidades. O procedimento metodológico buscou embasamento teórico na literatura da área, disponibilizado nas bases de dados científicos pesquisados em arquivos da Capes, Scielo, Scopus e Google Acadêmico, no período 2015 -2022. As políticas públicas voltadas para o campo apresentam um amplo arcabouço educacional e muitas vezes são políticas da cidade adaptadas ao campo. Para melhor compreensão da educação que se dá no campo, como prática social e ainda em processo de constituição histórica, é necessário a orientação pela relação educação e políticas públicas.

COUNTRYSIDE EDUCATION AND PUBLIC POLICIES: AN ITINERARY OF CONTROVERSIAL ISSUES

ABSTRACT: The research deepens the discussion of experiences in settlements, to be incorporated into the teaching-learning process. In this respect, the article aims to understand the situation of countryside schools located in rural settlements encompassing education and public policies for the countryside, contributing to the social practice of these schools, considering their specificities. The methodological procedure has sought theoretical basis in the literature of the field, available in the researched scientific databases such as Capes, Scielo, Scopus and Google Scholar, from 2015 to 2020. The Public Policies aimed at the countryside present a broad educational framework and are often city policies adapted to the countryside. For a better understanding of the education that takes place in the countryside as a social practice and still in process of historical constitution, it is necessary the guidance for the relationship between education and public policies.

Recebido em: 10/05/2022

Aprovação final em: 18/07/2022

DOI: <https://doi.org/10.25061/2527-2675/ReBraM/2022.v25i3.1508>

INTRODUÇÃO

A EDUCAÇÃO DO CAMPO E SUAS VERTENTES

A Educação do Campo tem sofrido, ao longo da história, um processo de exclusão social, tido como algo “natural”, por outro lado, uma dimensão inovadora que deve ser valorizada na análise das políticas públicas mais apropriadas ao mundo rural. É uma área de pesquisa que vem sendo objeto de estudos da literatura sob vários recortes contemplando uma discussão conceitual subjacente ao movimento da realidade. Caldart (2003) afirma que especialmente quando começaram a se multiplicar os desafios dos assentamentos, ficou mais fácil de perceber que a escola poderia ajudar nisso. Uma escola não move um assentamento, mas um assentamento também não se move sem a escola, ambos geradores de novas relações sociais.

Na prática, neste início de século XXI, nos movimentos e organizações sociais e na academia científica, a educação no e do campo está se contrapondo ao modelo urbano e tecnocrata de educação, pois o “modelo atual só prepara os cidadãos para o trabalho, sem se preocupar com a cidadania, habitação, relações sociais, cultura e formação étnico social”. (FERREIRA; BRANDÃO, 2011. p. 3).

A literatura prioriza os dilemas e controvérsias vividos entre o rural e urbano. Para compreensão dessa dualidade, apresentamos as discussões e contribuições de Whitaker (2008), a respeito da necessidade ou não de uma especificidade para a escola rural. O Ministério da Educação propôs uma política nacional de educação do campo que reconhecesse o direito, a diferença e a promoção da cidadania na vida da República, superando o dualismo, a ser criticado entre o campo-cidade, com uma educação que tivesse características próprias às necessidades desse aluno no seu espaço cultural, que contribuísse para a discussão sobre a temática, colocando em “xeque a esquizofrenia teórica” na visão daqueles que têm se dedicado à questão. Defende-se o princípio que o específico, o singular e o universal são níveis diferentes e não se excluem da produção do conhecimento.

A autora cita Alves (2005), relatando que o singular é uma forma de realizar o universal, ou seja, ambos são indissociáveis. Pensando que o conhecimento e o aprendizado fazem parte de um processo educacional e o homem sujeito desse processo, define a educação como “processo histórico universal”, reafirmando a condição do homem como um ser que se distingue da natureza. Quando se pensa na diversidade cultural, na visão relativista, negar a possibilidade de inserção da singularidade - partindo da comparação de outras particularidades - é inviabilizar sua própria compreensão. A perspectiva antirelativista ou racionalista é entendida como incapaz de explicar os particularismos, pois são reduzidos a uma estrutura permanente e definida pelos universos da ação e pensamento humano. Argumenta também que a cultura e a educação se baseiam em uma universalização do fazer e pensar capitalista. E se a educação escolar necessita de uma especificidade, como reconhecer suas características de universalização do pensamento capitalista?

Ainda em Alves (2005), há uma falácia muito difundida historicamente nas ciências sociais, principalmente, entre os educadores, de que é necessária uma proposta que atenda às peculiaridades da educação rural, ou seja, há oposição entre a cidade e o campo, exigindo uma proposta de educação para a zona rural e, também, necessidade de fixar os alunos à terra, pois a educação escolar da cidade pode ser tida como fator de desajustamento. Dentro dessas propostas, ainda havia sugestão de organizar um material didático específico à educação rural. Contudo, segundo a autora, a busca de tais especificidades poderia implicar em uma “esquizofrenia teórica”, o que pode ser uma opção pelo atraso, pela não apreensão das inovações que muitas vezes se apresentam camufladas, a exigir o desvendar das distintas dimensões da Educação do Campo.

Alguns pais têm uma ideia equivocada a respeito da Escola do Campo, acreditando que seus filhos não devem ir à escola para aprender um conteúdo que já sabem e desejam que aprendam elementos básicos do capitalismo necessários ao mundo do trabalho, como ler, escrever e contar para que a ida à escola seja significativa (PAVINI *et al.*, 2020). Ideia distorcida, pois seus filhos podem aprender muito mais con-

cretamente, se o professor usar o conteúdo que esses alunos já detêm para ensinar. Então, como ter uma educação de qualidade se a escola urbanocêntrica tem como ponto de partida, sempre, o capital cultural apenas restritivo a uma pequena camada? (PAVINI; FERRANTE; WHITAKER, 2013).

Poderia se pensar em uma pedagogia que valorize a sabedoria e a beleza da cultura acumulada dos que trabalham na terra, que seja uma Educação do Campo significativa para que não haja o abandono daqueles que optam pela vida do campo.

Põe-se, portanto, como perspectiva de transformação da educação tradicional, a qual se pauta, segundo Whitaker (1992), por vieses urbanocêntricos, voltados para os conteúdos que informam e são informados no processo de urbanização, por privilegiar a cultura relativa ao mundo ocidental, a chamada racionalidade do capitalismo, fortemente atrelada ao avanço científico e tecnológico (FENG; FERRANTE, 2008, p.196). Situação geradora de deformações na relação ensino-aprendizagem.

Lopes (2006) afirma que a escola é considerada uma das instituições que mais contribuem para a hegemonia cultural do mundo moderno, criada pelo Estado, em consonância ao processo de socialização do mundo industrial visando assim, difundir a ordem social burguesa. Essa contraposição de modelo de socialização educacional teve muitos desencontros com a realidade de industrialização no Brasil, uma delas é que as escolas não atendiam às necessidades das populações rurais.

O livro didático foi um recurso criado para ser utilizado nas escolas como facilitador de aprendizagem do aluno. Ele é adotado nas escolas públicas pelo – Programa Nacional do Livro Didático (PNDE), oferecido pelo governo. Há diversas discussões sobre isto, cada escola adota o livro que melhor atenda às especificidades da sua clientela. Grande parte dos livros didáticos contemplam em seus conteúdos elementos embutidos que levam ao consumo coercitivo, o que não permite ao aluno compreender e refletir criticamente como esses conteúdos podem transmitir e/ou ensinar e, também qual a repercussão desse processo na aprendizagem e no contexto desse aluno (PAVINI, 2012). Porém, há ainda grande problema na adoção de livros didáticos que devem ser escolhidos sempre em comum acordo entre os professores de um mesmo município, o que ainda não atende às especificidades das diferenças – região central ou região periférica - de cada bairro neste município (PAVINI, 2019).

Ao compreender o quadro histórico do livro didático na participação do ensino brasileira, entendendo a importância do uso do material didático no processo de aprendizagem e produção cultural pode-se recorrer a autores que discutiram esse assunto em meados do século passado e afirmar que muitas questões ainda são dilemas. Oliveira (1986), na perspectiva da Didática Geral, abordou, desde a conceituação do livro didático até sua confecção, incluído seu processo histórico e a problemática da seleção e utilização do mesmo, com orientações para a análise e normatização nas escolas brasileiras.

A apresentação do conceito central do livro didático, para Oliveira, Guimaraes e Bomény (1984), é mostrar, a partir de dados e informações obtidos em pesquisa exploratória, aplicados aos professores de escolas do primeiro grau em sete estados brasileiros, a importância da revisão da literatura. Os autores também apontaram a necessidade da discussão pedagógica, política e econômica da questão do livro didático e sugerem a rediscussão desta problemática, identificando aspectos para reorientação das atuais políticas e práticas.

Podemos compreender um pouco mais do processo histórico do livro didático observando que “é necessário alcançar o estado atual do conhecimento sobre o livro didático no Brasil, inserindo-o na discussão dos problemas educacionais brasileiros e sua relação com a discussão travada em outras partes do mundo” (FREITAG; MOTTA; COSTA, 1987). Podemos encontrar em Pinski (1985), que discute a relação entre o Estado e o livro didático, a existência de uma política de compra pelo Estado do mesmo, prevendo o estabelecimento de critérios em relação ao tipo de livro distribuído. A relação entre o poder público e as editoras privadas consideram que estas têm lucrado bastante com programas do governo. Em relação ao livro técnico, aparece a defesa do encontro entre o poder público, editoras, e universidades,

para possibilitar a transformação do conhecimento científico em bens para a comunidade.

Escarpit (1976), relaciona os problemas das edições dos livros em geral ao fato de fazerem parte da mídia e terem seu uso cada vez mais intensificado, na medida em que estimulam a comunicação entre os homens. O autor ainda classifica o livro como funcional e discute quanto à sua produção e comercialização, baseado em estudos nos Estados Unidos e países da Europa.

Oliveira (1986), também discute a questão econômica dos livros didáticos, isto é, o valor dos livros em relação aos custos de produção, abordando o aspecto tecnológico da produção, a questão dos livros descartáveis (consumíveis) e a avaliação do livro em relação ao que, para que, porque, como e quem deve avaliar esses materiais.

Saviani (1986) oferece subsídios para o equacionamento do problema do livro didático em face à Lei nº 5692, Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional, considerando que o livro didático pode gerar a transformação da mensagem científica em mensagem educativa.

Vale ainda ressaltar um material publicado há muito tempo, do Ministério da Educação e Cultura (MEC), porém pouco divulgado, o Manual de Instrução Programada para os Professores, elaborado pela Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático Brasileiro, cujo conteúdo representa um esforço para que o professor brasileiro compreenda a importância do livro didático e saiba usá-lo de modo eficiente em sala de aula. O manual aborda a relação do aluno com material didático, o preparo do professor para o uso do mesmo, além de orientação para sua leitura e dinamização (MEC, 1970). É um manual antigo, mas pela sua importância, é ainda referenciado dentro da Escola Pública.

Observa-se que a questão da dualidade entre o rural e o urbano e a questão do livro didático, vêm sendo discutidas há décadas e, ainda nos dias atuais, é centro de discussões do processo de ensino-aprendizagem, tanto das Escolas Regulares como das Escolas do Campo, nosso foco de discussão.

Neste sentido, este trabalho tem por objetivo compreender a atual conjuntura das Escolas do Campo localizadas em assentamentos rurais, analisando o contexto educacional a partir de estudos da literatura, retomando a discussão da relação assentamentos rurais e políticas públicas para o campo, sob o ângulo de suas especificidades.

METODOLOGIA: O RESGATE NECESSÁRIO NA BASE DE DADOS

A metodologia buscou embasamento teórico na literatura da área, pautada em estudos ancorados na produção do conhecimento sobre Escolas do Campo, compreendendo: levantamentos documentais, obtidos em programas de políticas públicas e legislações para o campo; participações em congressos e seminários sobre Educação do Campo; levantamentos em bases de dados da Capes, Scielo, Scopus e Google Acadêmico, com as seguintes palavras chaves: Educação Rural, Educação do Campo, Escola, Material Didático, Ruralidade e Assentamento Rural, sendo selecionados dissertações, teses e artigos publicados em periódicos, no período de 2015-2022, cuja reflexão oferece contribuições para compreensão da prática social da EC em assentamentos rurais, sob o ângulo de suas especificidades. Essas premissas determinaram a construção dos tópicos e dos conteúdos abordados neste artigo.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO: O DIFÍCIL ENTROSAMENTO

Ao longo da trajetória do contexto histórico do campo e suas políticas públicas, a articulação entre as políticas públicas para a Escola do Campo é um dos principais desafios enfrentados para sua consolidação. Ao discutir e refletir sobre Políticas Públicas e suas implementações para o campo, é necessário compreender melhor esse arcabouço educacional em que “o destinatário da educação rural é a população agrícola constituída por todas aquelas pessoas para as quais a agricultura representa o principal meio de sustento” (PETTY; TOMBIM; VERA, 1981, p. 33).

Nesta perspectiva é importante garantir os direitos sociais a todos os camponeses, especialmente, os

direitos à educação, mas para isso, é importante uma política diferenciada, definida com a presença e participação de todos os envolvidos. As legislações de políticas públicas para a Educação do Campo, compreendem desde creche até graduação, ofertadas por responsabilidade compartilhada entre União, Estados e Municípios como: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Proneira); Escola Ativa que concede bolsas para educadores de instituições públicas de ensino superior que trabalham na qualificação dos professores que lecionam em escolas multisseriadas; Projovem Campo, destinado a agricultores com idade entre 18 e 29 anos, alfabetizados, mas que ainda não concluíram o ensino fundamental em regime de alternância e Procampo, Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação no Campo que oferece graduação a professores das escolas rurais que lecionam no ensino fundamental e no médio.

As políticas públicas e suas implementações para Escolas do Campo precisam ser mais discutidas e colocadas em práticas pela população do campo. No Decreto 7.352 de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a política de Educação do Campo, encontramos a identificação dos povos do campo em suas diferenciações.

A esses cidadãos, a escola deve atender respeitando princípios, entre os quais se destaca o respeito à diversidade no que tange aos aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, raça e etnia. Esse Decreto também regulamenta o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, executado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Ainda no Decreto 7.352 de 04 de novembro de 2.010, atribui-se ao governo federal, a responsabilidade de criar e implementar mecanismos que assegurem a manutenção e o desenvolvimento da educação na área rural.

Para isso, busca superar a defasagem e acesso à educação, tendo como proposta a redução do analfabetismo de jovens e adultos; fomentação da educação básica na modalidade jovens e adultos (tanto na qualificação social e profissional); garantia de fornecimento de energia elétrica, água potável e saneamento básico para as escolas, promoção da inclusão digital e formação de professores que lecionam nas escolas rurais.

A oferta de assistência técnica e recursos do governo federal para estados e municípios contempla a orientação de inclusão da Escola do Campo nos seus planos estaduais e municipais que devem ser construídos a partir do Plano Nacional de Educação (PNE) o qual estabelece as metas educacionais a serem atingidas as metas de aprendizagem e domínio de conhecimento dos alunos da escola pública são oferecidos diversos programas, além do suporte organizacional, incluindo recursos financeiros. No entanto, é necessário que a escola apresente burocraticamente todos os documentos exigidos para a inserção nesses vários programas.

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Proneira), executado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inkra), define objetivos, beneficiários e atribuições da gestão ao Inkra que se destaca pelo imenso apoio técnico e na formação de professores das escolas rurais. O público alvo compreende jovens e adultos das famílias atendidas pelos projetos de assentamento do Inkra, professores e também alunos dos cursos de especialização do Inkra. Cabe à gestão do Instituto coordenar e gerenciar os projetos, produzir manuais técnicos para as atividades, além de coordenar a comissão pedagógica nacional.

O curso de graduação para os professores das escolas rurais, que lecionam nos anos finais do ensino fundamental e médio, é oferecida pelo Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação no Campo (Procampo), dedicadas à educação no campo. O desafio da União, estados e municípios é oferecer graduação milhares de professores que lecionam no campo apenas com formação de nível médio.

Outro programa do governo federal, denominado Projovem, é destinado a agricultores com idade entre 18 e 29 anos, alfabetizados, mas que não tenham concluído o ensino fundamental. Os jovens são formados

em dois anos em regime de alternância e obtêm o certificado de conclusão do ensino fundamental com qualificação em agricultura familiar. Já o programa Escola Ativa concede bolsas de estudo e de pesquisa para educadores de instituições públicas de ensino superior, supervisores das secretarias estaduais de educação e a professores. Esses bolsistas trabalham na qualificação dos professores que lecionam em escolas multisseriadas. Das 83 mil escolas rurais do país, 39 mil trabalham com essas classes e abarcam 1,3 milhão de estudantes do ensino fundamental (INEP, 2009).

As escolas rurais multisseriadas estão incluídas no Programa Dinheiro Direto na Escola do Campo (PDDE Campo) que repassa recursos em espécie - para ações prioritárias de infraestrutura e aquisições de materiais. Esse recurso é destinado às escolas com até 49 alunos, que também compreende escolas urbanas. (MEC, 2010). Uma outra alternativa, referente à infraestrutura escolar é o Programa de Construção de Escolas no Campo, desenvolvido pelo governo federal que oferece aos estados e municípios projetos arquitetônicos de escolas com uma ou até seis salas de aula. Para concluir, em outubro de 2020, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), instituiu também o Emergencial, programa que tem como objetivo contribuir para o provimento das necessidades prioritárias dos estabelecimentos de ensino, por razão de calamidade provocada pela pandemia da COVID – 19 (MEC, 2020).

Entre todas as políticas públicas, até então implantadas, destaca-se pela gestão e efetividade, o programa Pronera por ser mais abrangente, em relação aos demais, os quais são mais específicos quanto aos seus objetivos (PAVINI; RIBEIRO, 2017). Portanto, as Políticas Públicas voltadas para o campo apresentam um amplo arcabouço educacional, porém, não são sistematicamente colocadas em prática. Muitas vezes são políticas da cidade adaptadas ao campo e, mesmo que remodeladas, nem sempre, contemplam suas necessidades reais. Importante ainda ressaltar que essas implementações, para Escolas do Campo, não são amplamente divulgadas ou conhecidas pelos seus atores, o que indica limitação na falta de divulgação das mesmas pelos órgãos competentes e ausência de incentivos às gestões escolares na busca de auxílios legais para concorrerem a esses programas.

A EDUCAÇÃO DO CAMPO EM DOIS CONTEXTOS: DIFERENÇAS E SIMILITUDES

Dois contextos relevantes, um mais geral e outro diretamente relacionado aos assentamentos rurais, e as respectivas propostas para a Educação do Campo e políticas públicas, resultantes da análise e categorização dos textos, serão apresentados como produto da pesquisa, sob a forma de estudos realizados.

São privilegiadas as questões das Escolas do Campo em assentamentos rurais, sob diferentes recortes e aprofundamento: pertinência e importância de uma educação diferenciada dentro da comunidade assentada; contribuições teóricas que reforçam o entendimento da prática pedagógica e curricular, análise de projetos político pedagógico; construção pedagógica e possibilidade de articulação entre o contexto rural e práticas de ensino; vivência de interação das crianças com a natureza e atividades agropecuárias; importância da atuação do professor na escola e nas políticas envolvidas no campo; formação e trajetória de vida das professoras que repercutem nas interações pedagógicas com as crianças; uso de conhecimentos aprendidos na escola do assentamento e na militância dos movimentos sócio-territoriais, dentre outros.

Percebe-se que os trabalhos em análise, mesmo que não expressem recorte direto em política pública, dela depende todo o processo educacional para que a aprendizagem dos alunos e desenvolvimento da escola se efetivem.

Embora seja notória a preocupação de pesquisadores em estudar a Educação do Campo sob inúmeros vieses, pode-se inferir a relevância de se investigar propostas que abordem reflexões sobre políticas públicas, reforma agrária, movimentos sociais e demais participantes que vivem no campo. Cabe ainda destacar que estudos de Escolas do Campo em assentamentos rurais, apresentam análises, especificamente locais que, em geral, não dialogam com as macrorregiões em que o contexto em discussão está inserido (PAVINI; RIBEIRO; FERRANTE, 2020).

Tabela 1 - Estudos da literatura sobre Educação do Campo.

Referência	Título	Objeto de Pesquisa	Metodologia	Resultados/Conclusão
Caldart, R. S. (2003)	A Escola do Campo em movimento	Construção da visão de educação com a história Movimento dos Trabalhadores Sem Terra	Reflexões sobre a educação e as escolas no campo a partir da experiência dos movimentos sociais no meio rural.	Lições aprendidas no processo de construção destes movimentos, as quais servem de base para articular os princípios para uma proposta de educação no campo.
Molina, M. C. (2006)	Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão	Diversos artigos organizados pela autora.	Pesquisas bibliográficas, estudos de caso, discussões, reflexões e vivências.	Reflexões sobre Educação do Campo; Políticas Públicas. Reforma Agrária. Modelo de Desenvolvimento. Movimentos Sociais.
Arroyo, M. G. (2007)	Políticas de Formação de Educadores(as) do Campo.	Formulação de políticas de formação de profissionais para as escolas do campo.	Revisão bibliográfica de Políticas Públicas educacionais.	Fornecer elementos para a pesquisa e propostas de currículos dos cursos de formação, com a responsabilidade de formar educadoras e educadores para garantir o direito à educação dos povos do campo.
Bezerra Neto, L. (2010)	Educação do Campo ou Educação no Campo?	Práticas educativas e formativas do Movimento Sem Terras.	Discussão dos princípios histórico-filosóficos que fundamentam as propostas de educação no MST.	Atribuição do professor: criar condições para os alunos tomarem decisões coerentes com o Assentamento e princípios do MST. Professor tem que ser engajado no movimento, caso contrário, a educação não atingirá seus objetivos junto ao educando.
Fernandes, I. L. (2014)	A construção de políticas públicas de Educação do Campo através das lutas dos movimentos sociais	Construção do projeto de Educação do Campo no Brasil e ações dos movimentos sociais a partir da década de 1990.	Revisão bibliográfica.	Estudo da luta dos movimentos sociais por Reforma Agrária como política pública. Construção e fortalecimento da Educação do Campo, não mais como um “projeto”, mas sim, como política pública que aponta como princípio o respeito pela diversidade do Campo.
Gonçalves, T. G. G. L; Hayashi, M. C. P. I. (2014)	Estudo bibliométrico sobre educação do campo para EJA deficientes	Educação do campo, educação de jovens e adultos; educação do campo de jovens e adultos deficientes.	Revisão bibliográfica e registro dos dados coletados (protocolos de registro de dados bibliométricos do Banco de Teses da Capes).	Alunos têm que estudar na cidade para conseguir atendimento aos deficientes da EJA do Campo, ou seja, o direito à escola e ao atendimento especializado subtraído, mesmo preconizado em documentos e políticas públicas.
Silva, S. da (2015)	A Utopia da Educação do Campo Frente a Ideologia Industrial: O Caso de Araraquara-SP	Escolas do Campo Maria de Lourdes da Silva Prado, Eugênio Trovatti e Professor Hermínio Pagotto no município de Araraquara/SP.	Análise documental de três escolas (projetos políticos pedagógicos e planos de gestão das escolas), entrevistas semiestruturadas (gestores, professores e três egressos de cada unidade escolar) e dados coletados nas escolas e nas comunidades entre novembro de 2014 a março de 2015.	Conclusão que as EMEF não preservaram a perspectiva contestatória dos movimentos sociais, e que há um movimento de resistência por parte dos professores, que permitem dizer que, mesmo dentro das contradições que lhes são impostas, elas ainda são Escolas do Campo que contribuem para transformações sociais.
Flores, A. F. (2016)	Grupos escolares rurais na antiga Usina Tamoio (Araraquara/SP)	Investigação da criação dos Grupos Escolares nas áreas rurais no interior do Estado de São Paulo, com ênfase na Usina Tamoio, em Araraquara/SP.	Fontes documentais e informações sobre os grupos escolares da Usina Tamoio.	A concepção de educação nos grupos escolares relacionada à formação de uma identidade nacional, da formação e continuidade para o trabalho no complexo industrial. Projeto de desenvolvimento desses grupos do Estado combatendo o estrangeirismo, uma vez que as grandes fazendas do interior paulista recebiam trabalhadores de outras nacionalidades.
Nascimento, M. A. Do; Ribeiro, E. (2020)	Educação do Campo e resistência: uma análise a partir da Metodologia da Instalação Geográfica	Estudo baseado nos fundamentos de Arroyo, Caldart, Molina e Pires.	Análise de práticas de resistência no campo a partir da metodologia da Instalação Geográfica.	Evidenciar a resistência ao modelo homogêneo de educação que favorecia o estado dominado pelas elites agrárias sobre os trabalhadores, elevar a produtividade no campo e evitar o enfraquecimento político e social do patriarcalismo.
Pavini, G. C. et al. (2022)	Projeto escola do campo: lutas e princípios	Analisar o processo ensino-aprendizagem e avaliar a aplicação dos Princípios do Programa Escola do Campo nas Escolas do Campo de Assentamentos Rurais do município de Araraquara/SP	Análise os Projetos Políticos Pedagógicos desenvolvidos nas Escolas do Campo em estudo	Aprofunda a discussão da vivência nos assentamentos e incorporada e processo de ensino-aprendizagem, dando continuidade à discussão da relação assentamentos, Escola do Campo, desenvolvimento rural e políticas públicas para o campo.

Fonte: Elaborado pelos autores.

ESTUDOS SOBRE ESCOLAS DO CAMPO EM ASSENTAMENTOS RURAIS

Os trabalhos específicos de Escolas do Campo localizadas em Assentamentos Rurais, reforçam elementos que discutem temas sobre formação de educadores, movimentos sociais, comunidade, sistemas de produção agroecológica e políticas para o campo (Tabela 2).

Tabela 2 - Estudos sobre Escola do Campo em Assentamentos Rurais.

Referência	Título	Objeto de Pesquisa	Metodologia	Resultados/Conclusão
Movimento Trabalhadores Sem Terra. Caderno de Formação nº 18. (1999)	O que queremos com as escolas dos assentamentos	Atual proposta do MST para as escolas de assentamentos.	Prática e reflexão de professores, pais, liderança e alunos.	Preparação de futuras lideranças e militantes do MST, sindicatos, associações, cooperativas de Bens de Consumo e de outros movimentos populares. Participação de alunos e professores na luta dos Movimentos populares e sindicais.
Brancaleoni, A. P. L; Pinto, J. M. R. (2001)	Olhares acerca da construção cotidiana de uma escola do campo	Escolas do Campo dos Assentamentos Rurais do município de Araraquara	Pesquisas bibliográficas, observação participante e entrevistas semiestruturadas.	Projeto Político Pedagógico construído por luta da comunidade, na relação contraditória com o Poder Público Municipal, na emancipação cultural e construção da cidadania. Prática de resistência cultural e transformação social no assentamento.
Oliveira, T; Bastos, V. A. (2004)	A Proposta de Educação do Campo das Escolas Rurais de Araraquara – SP: destaque na construção da qualidade de vida	Escolas do Campo dos Assentamentos Monte Alegre e Bela Vista de Araraquara	Pesquisas bibliográficas e pesquisa participante.	Experiências nos assentamentos Bela Vista e Monte Alegre no auxílio aos órgãos públicos na construção de políticas públicas educacionais. Fortalecimento nas ciências humanas, diante de sujeitos históricos que nos obrigam a repensar esquemas passados e a redimensionar o rural na atualidade.
Feng, L. Y. (2008)	Projeto Educação do Campo: estratégias e alternativas no campo pedagógico	Programa Escola do Campo aplicado na EMEF Hermínio Pagotto – Assentamento Bela Vista do Chibarro – Araraquara/SP	Pesquisa qualitativa, entrevista (professores, direção, coordenadora pedagógica, funcionários, pessoas da comunidade e mães de alunos(as), levantamento dos dados empíricos, análise de documentos e diário de campo.	Verificação e importância da educação diferenciada dentro da comunidade assentada, com a diminuição da taxa de evasão escolar. A influência que a escola do campo propiciou na população atendida e seus familiares foi considerada como o resultado de uma luta na qual houve diversas conquistas e melhorias. Com os moradores da agrovila visando melhorias para a qualidade de vida local.
Pain, R. O. (2011)	Natureza, terra e trabalho na Educação do Campo no MST. O Caso do Assentamento Congonha Abelardo Luz – SC.	Alunos do curso técnico em Agroecologia em Escola de Ensino Médio.	Estudo de caso com abordagem qualitativa, coleta de dados, entrevistas semiestruturadas, questionários, fontes documentais e bibliográficas.	O Assentamento se ressentia da formação de recursos humanos que possam se dedicar à implantação de sistemas produtivos agroecológicos. O desenvolvimento de atividades de Educação Ambiental para o coletivo requerer apropriação das tecnologias agroecológicas e acesso às políticas agrárias, mercados, incentivos financeiros e estabilidade política dos sistemas agroecológicos.
Alves, A. W. (2011)	Questões agrárias e a Educação do Campo: uma análise do Assentamento Campo Verde, microrregião do Litoral Sul/Paraíba	Escola do Assentamento Campo Verde, litoral sula da Paraíba	Revisão bibliográfica e acompanhamento das lutas pela abertura da escola no assentamento.	Contribuições teóricas que reforçam o entendimento que a prática pedagógica e curricular de uma Escola do Campo é contextualizada e tem o objetivo de valorizar a cultura camponesa em seus múltiplos aspectos.
Janata, N. E. (2012)	“Juventude que ousa lutar!”: trabalho, educação e militância de jovens assentados do MST	Egressos do ensino médio do Colégio Estadual Iraci Salete Strozak	Entrevistas com egressos e gestão escolar do curso de formação docente e observação participante, análise de documentos.	A situação de trabalho dos egressos evidencia a presença de mecanização da produção e leva à saída do assentamento em busca de trabalho e estudo.
Silva, J. B. (2012)	Crianças assentadas e educação infantil no/do campo: contextos e significações	Turmas de Educação Infantil em dois assentamentos rurais da região nordeste de São Paulo.	Pesquisa de campo, observação participante (diário de campo), entrevistas semiestruturadas (professores, diretora, coordenadora, familiares dos alunos, crianças da turma de 5 anos).	Forte presença de significações sobre alfabetização desde os anos iniciais. Necessidade de autonomia político-pedagógica e administrativa para as escolas do campo. A formação e trajetória de vida das professoras repercutem nas interações pedagógicas com as crianças. Vivência das crianças em interação com a natureza e atividades agropecuárias. Possibilidade de articulação entre o contexto rural e as práticas pedagógicas.
Pavini, G. C. (2012)	O Método Sesi de Ensino na Escola do Campo: A controversa chegada do estranho	Alunos do 6º ano da Escola do Campo “Prof. Hermínio Pagotto” no Assentamento Bela Vista do Chibarro em Araraquara/SP.	Pesquisa bibliográfica, diário de campo, desenhos e redações de alunos, entrevista com diretor e professores e observação direta da realidade.	Problemas e principais entraves: o material com conteúdo não significativo para a aprendizagem do aluno, que dificulta o processo de ensino; professor tem que adaptar o material do SESI às necessidades do campo constantemente; falta de elementos da realidade do aluno do campo; material voltado para a indústria que contraria o Projeto Escola do Campo que incentiva a cooperação.

»»

Tabela 2 - Estudos sobre Escola do Campo em Assentamentos Rurais (cont.).

Flores, A. F.; Bezerra, M. C. S.; Ferrante, V. L. S. B. (2013)	De grupo escolar a educação do campo: o caso da escola do Campo no assentamento Bela Vista, em Araraquara/sp	Escola do Campo “Prof. Hermínio Pagotto” no Assentamento Bela Vista do Chibarro em Araraquara/SP.	Pesquisa bibliográfica, com o aprofundamento histórico daquele local, investigação dos processos históricos da transformação de um Grupo Escolar Rural para uma Escola do Campo e observação direta da realidade.	Construção pedagógica nas terras da fazenda de uma usina de cana-de-açúcar e, depois, como assentamento rural. Na busca de uma concepção de ensino-aprendizagem que valorizasse a formação do amor ao trabalho e respeito às autoridades. Tomada de novo rumo para que filhos dos trabalhadores numa consciência crítica, autônoma, reflexiva na comunidade e sociedade.
Lopes, W. de J. F. (2013)	Profissionalidade Docente na Educação	Alunos e educadores em turmas multisseriadas ribeirinhas de Breves, na ilha de Marajó, Pará.	Entrevistas semiestruturadas, conversas com coordenação e professores e observação de aulas.	A importância da atuação do professor na escola e nas políticas envolvidas no campo interferem e orientam o contexto das aulas.
Silva, S.; Bezerra, M. C. S.; Ferrante, V. L. S. B. (2013)	A avaliação escolar na perspectiva da educação do campo: modelos em conflito	Avaliação escolar na EMEF do Campo “Prof. Hermínio Pagotto” no Assentamento Bela Vista do Chibarro em Araraquara/SP.	Revisão bibliográfica e acompanhamento de aulas.	Processos avaliativos questionados. Modelo de avaliação adotado pode assemelhar ou distanciar-se de uma proposta vinculada à educação do campo, transformando-se em ferramenta de exclusão social, consequência da prática pedagógica distorcida adotada pelo sistema educacional.
Camacho, R. S. (2014)	Paradigmas em disputa na educação do campo	Programa empreendedorismo do Jovem Rural.	Análise do projeto Político Pedagógico, observação participante e entrevistas com coordenadores, educandos, monitores e educadores.	Camponeses-militantes licenciados em Geografia utilizam conhecimentos geográficos, na escola e na militância dos movimentos socioterritoriais, na formação de empreendedores rurais, na profissionalização dos camponeses ao mercado.
Teixeira, R. A. (2016)	História das escolas rurais da região de Araraquara (1980/2010): movimentos sociais e poder público na formação de identidades rurais.	Escolas Rurais do município de Araraquara	Pesquisas bibliográficas e análise de fontes documentais.	Reconstrução histórica das escolas rurais no Estado de São Paulo no período de 1980 a 2010. Discussão do envolvimento dos movimentos sociais no processo de construção dos diferentes Projetos Políticos Pedagógicos, sua história de luta pela terra e relação sustentável com ela.
Pavini, G. C. (2019)	Dilemas da Educação do Campo em vários espaços e tempos	Três Escolas do Campo em Assentamentos Rurais do município de Araraquara/SP.	Revisão bibliográfica, acompanhamento de reuniões pedagógicas, diário de campo e questionários semiestruturados (gestores e professores).	Resultados apontaram que as Escolas do Campo, localizadas em Assentamentos Rurais no Estado de São Paulo, têm características semelhantes à escola regular. Também apresentam problemas de infraestrutura adequada e atendimento às necessidades básicas deste ensino.
Amboni, v. (2020)	Educação e Escola no MST	A educação no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	Análise de documentos do MST e na literatura da área	A condição se constrói a partir das lutas pela terra e pela educação, implica em formas específicas de organizar a educação pública do campo orientada por um projeto construído coletivamente pelos educadores do MST.
Santos, et. al. (2021)	Educação ambiental e educação infantil do campo: do real ao ideal	Auxiliar na mudança de paradigma, transformar a visão etnocêntrica para uma visão holística de mundo e contribuir com a análise e solução dos problemas socioambientais locais.	Estudo documental de abordagem qualitativa das práticas de EA aplicadas a duas turmas de educação infantil.	Constatou-se que há diferenças entre as práticas das professoras em relação a quantidade de temas registrados e a relevância dada à Educação Ambiental. Necessidade de formação continuada nessa área, não sofrendo interferências de programas educacionais urbanos.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Retomando as tendências detectadas na pesquisa bibliográfica, constatou-se linhas de investigações diferenciadas. Em alguns trabalhos, como Feng (2007), verificou-se a pertinência e a importância da educação diferenciada dentro da comunidade assentada resultando na diminuição da taxa de evasão escolar e em diversas conquistas e lutas da população atendida (alunos e familiares) com o desenvolvimento pedagógico desse projeto, ou seja, os moradores da agrovila do assentamento passaram a visar melhoria para a qualidade de vida local. Igualmente, Oliveira e Bastos (2004), discutem experiências nos assentamentos Bela Vista e Monte Alegre que podem subsidiar os órgãos públicos na construção de políticas públicas educacionais.

Em relação às questões sobre Projeto Político Pedagógico, Camacho (2014), em sua tese, discutiu os paradigmas em disputa na Educação do Campo ao analisar o Projeto Político Pedagógico do Programa Empreendedorismo do Jovem Rural com camponeses-militantes licenciados pelo Curso de Graduação em Geografia no interior do Paraná; os conhecimentos geográficos, na escola e na militância dos movimentos socioterritoriais, são as ferramentas de trabalho visando formar empreendedores rurais na lógica da profissionalização dos camponeses para competir e se integrar ao mercado de trabalho. Ainda sobre esse tema, Brancaloni e Pinto (2001), constataram que o Projeto Político Pedagógico das Escolas do campo de Araraquara foi construído através de um processo de luta de uma comunidade, em uma relação contraditória com o poder público municipal, sendo esta luta em si um exercício de emancipação cultural e de construção da cidadania.

Sobre o trabalho docente, Lopes (2013) considera que a atuação do professor, na escola e nas políticas envolvidas no campo, interfere e orienta o contexto das aulas como apontaram seus dados obtidos por meio de entrevistas, observação em salas de aulas e conversas com professores e coordenadores, em turmas multisseriadas ribeirinhas na Ilha de Marajó, no Pará.

Silva (2012), ao estudar crianças assentadas em turmas de Educação Infantil, em dois assentamentos rurais da região nordeste de São Paulo, identificou forte presença de significações sobre alfabetização, já desde os anos iniciais; apontou a necessidade de autonomia político-pedagógica e administrativa para as escolas do campo. Afirmou também que a formação e a trajetória de vida dos professores repercutem nas interações pedagógicas com as crianças. A autora aponta ainda, que a vivência das crianças em interação com a natureza e atividades agropecuárias gera a articulação entre o contexto rural e as práticas pedagógicas, promovendo o processo de ensino aprendizagem dos alunos.

A importância da prática pedagógica e do material didático reforça a contribuição ao processo de ensino. Em um levantamento bibliográfico, Alves (2011) aborda este tema, quando trata de questões agrárias na Escola do Campo do assentamento Campo Verde, uma microrregião do litoral Sul/Paraibano. As contribuições teóricas deste autor reforçam o entendimento de que a prática pedagógica e curricular de uma Escola do Campo deve ser contextualizada e ter como objetivo valorizar a cultura camponesa em seus múltiplos aspectos.

O material didático do Sistema Sesi de Ensino foi analisado na Escola do Campo em um Assentamento Rural no Município de Araraquara/SP. Escola esta, que é referência nacional no desenvolvimento do Projeto Escola do Campo. A discrepância na utilização de um material produzido para filhos de trabalhadores das indústrias apontou desinteresse de alunos e professores, especialmente porque os conteúdos desses materiais (incompatíveis com a realidade dos alunos) e a proposta didática (baseada na maior parte em pesquisas na internet e o assentamento ainda não possuía internet disponível a todos), não atende ao Projeto Escola do Campo (PAVINI, 2012).

Deve-se ainda enfatizar que nas escolas de assentamentos, há casos de continuidade de trabalho para a comunidade quando alunos e professores estão envolvidos em projetos de militância. Pain (2011), em sua tese, "Natureza, terra e trabalho na Educação do Campo no MST: O Caso do Assentamento Congonha Abelardo Luz – SC" analisa um estudo de caso dos alunos do curso técnico em Agroecologia em Escola de

Ensino Médio afirmando que, para a implantação de sistemas produtivos agroecológicos no assentamento, é preciso extenso desenvolvimento de atividades de Educação Ambiental, o que permite, posteriormente, o coletivo do assentamento requerer apropriação das tecnologias agroecológicas e o acesso às políticas agrárias, aos incentivos financeiros e à diversificação dos sistemas agroecológicos. Teixeira (2016), trata da reconstrução da história sobre as escolas rurais no Estado de São Paulo no período de 1980 a 2010, o que vem reafirmar a hipótese do artigo de que dilemas perpassam a relação entre Educação do Campo e políticas públicas.

Uma avaliação da militância de jovens assentados do Movimento dos sem Terra (MST), egressos do Ensino Médio de um Colégio Estadual do Paraná, analisado por Janata (2012), infere que a situação de trabalho dos egressos decorre do uso da mecanização da produção, o que, em consequência, promove a saída do jovem do assentamento em busca de trabalho e estudo. Amboni (2020), mostrou também a importância da resistência ao modelo homogêneo de educação para elevar a produtividade no campo e impedir o estado de dominação das elites agrárias sobre os trabalhadores.

Finalmente, cabe destacar a contradição e transição de duas propostas pedagógicas de uma mesma escola, em períodos diferentes. São descritos os processos históricos da transformação de um Grupo Escolar Rural (quando as terras da fazenda eram de uma usina de cana-de-açúcar) para uma Escola do Campo (enquanto Assentamento Rural) no assentamento Bela Vista, em Araraquara/SP. No período da usina de cana-de-açúcar, a escola tinha como objetivo servir ao crescimento do capital da usina, com uma concepção de ensino-aprendizagem que valorizasse a formação do amor ao trabalho e respeito às autoridades. Já no período do assentamento, a escola é direcionada para um novo rumo, para os filhos dos trabalhadores, passando a contemplar uma formação que valorizasse e contribuísse para a formação de uma consciência mais crítica, possibilitando uma autonomia reflexiva sobre as experiências vivenciadas na comunidade e na sociedade (FLORES, BEZERRA, FERRANTE, 2013).

Além de todas as lacunas constantes no processo de ensino-aprendizagem na instituição escolar do campo, temos presenciado diariamente, o fechamento de muitas Escolas do Campo sob a alegação de que é mais econômico para os órgãos públicos transportar os alunos residentes no campo para as escolas urbanas do que manter em funcionamento uma Escola do Campo. Argumento este que tem comprometido cada vez mais o vínculo e a aprendizagem dos alunos no contexto real em que vivem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para compreendermos melhor a Educação do Campo, como prática social e ainda em processo de constituição histórica, é impossível não se apropriar das especificidades da realidade dos assentamentos, frequentemente moldada a partir de um viés urbanocêntrico.

Ao compreender essa prática social na qual a Escola do Campo está inserida, é fundamental a preocupação com a incorporação do contexto social no processo de aprendizagem que expresse essas complexidades e diversidades do meio rural, a criação de um novo modo de vida pleno de particularidades que se desdobram. O que comprova que estudar todo o arcabouço educacional, sem destacar o processo ensino e aprendizagem, não permite compreender a Educação do Campo como uma política pública e prática social. Deve-se destacar que a luta social pelo acesso dos trabalhadores do campo à educação (e não a qualquer educação) é feita por eles mesmos e não apenas em seu nome. Relaciona-se à dimensão de pressão coletiva por políticas públicas e seus desafios atuais, no plano prático e da disputa teórica. “Contudo, porque trata de práticas e de lutas contra - hegemônicas, ela exige teoria, e exige cada vez maior rigor de análise da realidade concreta, perspectiva de práxis” (CALDART, 2012, p. 262).

Não há como se apropriar das especificidades da realidade dos assentamentos, moldando-a a partir de um viés urbanocêntrico, como presenciado muitas vezes, ao se adaptar o material didático urbano à Escola de Campo (WHITAKER, 2008).

CONCLUSÃO

Confirmamos com este artigo que as políticas públicas são a base para o processo educacional das escolas, pois são elas que norteiam e dão o suporte para as escolas conseguirem funcionar efetivamente. A discussão da literatura nos mostra também o extenso arcabouço de estudos sobre Escolas do Campo, porém, justifica-se a necessidade de estudos, que ampliem as questões de formação profissional dos docentes, modalidade de ensino, material didático, projeto político pedagógico e participação da comunidade dentro da escola, elementos presentes nas reflexões aqui apresentadas.

Outro ponto importante sobre as escolas em questão, são os fechamentos das mesmas, sob a alegação de ser mais barato transportar os alunos para estudarem na zona urbana do que a manutenção da escola rural. Equívoco a distorcer que o principal do processo educacional da Educação do Campo é a apropriação e o vínculo com o campo.

Contudo, se faz importante retomar constantemente as análises sobre os dilemas existentes entre Educação Rural e Escola Urbana, no aprofundamento da discussão da vivência nos assentamentos a ser incorporada ao processo de ensino-aprendizagem, dando continuidade à discussão da relação assentamentos e políticas públicas para o campo. Dilemas não resolvidos, mas retomados ao longo deste artigo.

REFERÊNCIAS

- ALVES, G. L. Falácias sobre a educação do campo. In: SOUZA, A.A.A; FRIAS.R.B. (Orgs.) **O processo educativo na atualidade: Fundamentos teóricos**. Campo Grande: Editora UNIDERP, 2005, p. 83-97.
- ALVES, A. W. **Questões agrárias e a educação do campo: uma análise do Assentamento Campo Verde, microrregião do Litoral Sul Paraibano**. 2011. 159 f. Dissertação (Mestrado), UFPB/CCEN, 2011.
- AMBONI, V. EDUCAÇÃO E ESCOLA NO MST. **RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 5, n. 9, p. 721-742, 11 dez. 2020.
- ARROYO, M. G. Políticas de formação de educadores(as) do campo. **Caderno Cedes**, Campinas, vol. 27, n. 72, maio/ago, p. 157-176, 2007.
- BEZERRA, L. Neto. Educação do Campo ou Educação no Campo? **Revista histedbr on-line**, Campinas, n.38, jun. 2010, p. 150-168.
- BRANCALEONI, A. P. L.; PINTO, J. M. R. Olhares acerca da construção cotidiana de uma escola do campo. **Educação em Revista**, Marília, vol. 12, 2001, p. 59-74.
- MOVIMENTO TRABALHADORES SEM TERRA. **O que queremos com as escolas dos assentamentos**. In: MOVIMENTO TRABALHADORES SEM TERRA Caderno de Formação nº 18. São Paulo, 1999.
- CALDART, R. S. A. escola do campo em movimento. **Currículo sem fronteiras**, EUA, v.3, n.1, jan/jun 2003, p.60-81.
- CALDART, R. S.A. **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, São Paulo: Expressão Popular, 2012
- CAMACHO, R. S. **Paradigmas em disputa na educação do campo**- Presidente Prudente: 2014. 806 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, SP. 2014.

- ESCARPIT, R. **A revolução do livro**. Rio de Janeiro: FGV, 1976.
- FENG, L. Y. **Projeto Educação do Campo: estratégias e alternativas no campo pedagógico**. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Centro Universitário de Araraquara, Araraquara, 2008.
- FENG, L. Y.; FERRANTE, V. L. S. Projeto educação do campo: estratégias e alternativas no campo pedagógico. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 1, n. 11, p. 195-224, 2008.
- FERNANDES, I. L. A construção de políticas públicas de educação do campo através das lutas dos movimentos sociais. **Revista Lugares de Educação**, v. 4, n. 8, p. 125-135, 7 abr. 2014.
- FERREIRA, F. J; BRANDÃO, E. C. Educação do Campo: Um Olhar Histórico, uma Realidade Concreta. **Revista Eletrônica de Educação**. Ano V. No. 09, jul./dez. 2011.
- FLORES, A. F. **Grupos Escolares Rurais na antiga Usina Tamoio (Araraquara/SP)**. 2016. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, 2016.
- FLORES, A. F.; BEZERRA, M. C. S.; FERRANTE, V. L. S. B. De grupo escolar à educação do campo: o caso da Escola do Campo no assentamento Bela Vista, em Araraquara/SP. **Cadernos da Pedagogia**. São Carlos, Ano 6 v. 6 n. 12, p. 28-48, jan-jun, 2013.
- FREITAG, B.; MOTTA, V. R.; COSTA, W. F. **O estado da arte do livro didático no Brasil**. Brasília: INEP, 1987.
- GONÇALVES, T. G. G. L; HAYASHI, M. C. P. I. Estudo bibliométrico sobre educação do campo para jovens e adultos deficientes. Série-Estudos - **Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB Campo Grande**, MS, n. 38, p. 129-149, jul./dez. 2014.
- JANATA, N. E. **“Juventude que ousa lutar!”: trabalho, educação e militância de jovens assentados do MST**. 2012. 278 p. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2012.
- LOPES, V. L. O desenvolvimento do projeto educação do campo em um assentamento da reforma agrária no município de Araraquara-SP: Uma possibilidade de intervenção na problemática ambiental. **Retratos de Assentamentos**. Araraquara, v.1, n. 10, p. 83-96, 2006.
- LOPES, W. de J. F. **Profissionalidade Docente na Educação do Campo**. 2013. 253 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos. 2013.
- MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. MEC. **Utilização Do Livro Didático**. Belo Horizonte: Ed. Colted, 1970.
- Ministério da Educação e Cultura. MEC. **Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)**. Brasília, 2020.
- MOLINA, M. C. **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. – Brasília: ministério do desenvolvimento agrário, 2006.

MOVIMENTO SEM TERRA. MST. O que queremos com as escolas de assentamentos. **Caderno de Formação**. n. 18. São Paulo, 1991a.

NASCIMENTO, M. A. do; RIBEIRO, E. Educação do Campo e resistência: uma análise a partir da Metodologia da Instalação Geográfica. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 1–13, 2020. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/3616>>. Acesso em: 13 jun. 2021.

OLIVEIRA, A. L. **O livro didático**. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986.

OLIVEIRA, J. B. A.; GUIMARÃES, S. D. P.; BOMÉNY, H. M. B. **A Política do Livro Didático**. São Paulo. Campinas: Ed. Unicamp, 1984.

OLIVEIRA, T; BASTOS, V. A. A Proposta de Educação do Campo das Escolas Rurais de Araraquara – SP: destaque na construção da qualidade de vida. *Retrato de Assentamentos, Araraquara*, v. 7, n. 1, 2004.

PAIN, R. O. **Natureza, terra e trabalho na Educação do Campo no MST**. O Caso do Assentamento Congonha Abelardo Luz – SC. 2011. 151 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Francisco Beltrão. 2011.

PAVINI, G. C. **O Método Sesi de Ensino na Escola do Campo**: A controversa chegada do estranho. 2012. 119 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Centro Universitário de Araraquara, Araraquara, 2012.

PAVINI, G. C., FERRANTE, V. L. S. B.; WHITAKER, D. C. A. Ideologia Industrial X Cultura Rural: O Método Sesi De Ensino em uma Escola Rural. **Retratos de assentamentos**, 16 (2), 2013. p. 245-269.

PAVINI, G. C.; RIBEIRO, M. L. **Efetividade de políticas públicas para a educação do campo**. In I Seminário Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial, SEPPU, UNIARA, Araraquara/SP, 2017. Anais do I Seminário Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial, 2017.

PAVINI, G. C.; RIBEIRO, M. L.; WHITAKER, D. C. A.; FERRANTE, V. L. S. B. Educação do campo: perspectiva concreta ou promessa frustrada de política pública? **Retratos de assentamentos**, v. 23, p. 230-241, 2020.

PAVINI, G. RIBEIRO, M. L. FERRANTE, V. L. S. B. Escola do Campo em Assentamentos Rurais: Educação e Políticas Públicas para o campo. *In: Anais... 58º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)*, 2020, Foz do Iguaçu. Anais do 58º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), 26 a 28 de outubro de 2020, Foz do Iguaçu-PR: Cooperativismo, inovação e sustentabilidade para o desenvolvimento rural. Foz do Iguaçu: Sober, 2020.

PAVINI, G. C.; RIBEIRO, M. L.; FERRANTE, V. L. S. B.; LOPES, A. W. P. Projeto escola do campo: lutas e princípios. **Brazilian Journal of Animal and Environmental Research**, v. 5, p. 457-468, 2022.

PAVINI, G. C. **Dilemas da Educação do Campo em vários espaços e tempos**. 2019. 166 f. Tese (Doutorado

em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Centro Universitário de Araraquara, Araraquara, 2019.
PETTY, M.; TOMBIM, A.; VERA, R. Uma alternativa de educação rural. In: Werthein, J.; Bordenave, J. D. (org.). **Educação rural no Terceiro Mundo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 31-64.

PINSKI, J. **O Estado e o Livro Didático**. Campinas: Ed. Unicamp, 1985.

SANTOS, C. R.; RIBEIRO, M. L.; TEIXEIRA, R. A.; GOMES, T. P. S. Educação infantil: dos jardins de Froebel aos campos de Araraquara-SP. **Retratos de assentamentos**, v. 24, p. 269-293, 2021.

SAVIANI, D. **Subsídios para o equacionamento do problema do livro didático em face da Lei nº 5692**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1986.

SILVA, J. B. **Crianças assentadas e educação infantil no/do campo: contextos e significações**. 2012. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SILVA, S. **A utopia da educação do campo frente a ideologia industrial: o caso de Araraquara-SP**. 2015.142f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Centro Universitário de Araraquara, 2015.

SILVA, S.; BEZERRA, M. C. S.; FERRANTE, V. L. S. B. A avaliação escolar na perspectiva da educação do campo: modelos em conflito. **Cadernos da Pedagogia**. São Carlos, Ano 6 v. 6 n. 12, p. 91-104, jan-jun, 2013.

TEIXEIRA, R. A. História das Escolas Rurais da Região de Araraquara (1980/2010): Movimentos Sociais e Poder Público da Formação de Identidades Rurais. In: **Anais...** Eletrônicos do IX Congresso Brasileiro de História da Educação João Pessoa – Universidade Federal da Paraíba. 2016. ISSN 2236-1855.

WHITAKER, D. C. A. Educação Rural: da razão dualista, à razão dialética. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 1, n. 11, p. 295-304, 2008.

WHITAKER, D. C. A. O rural-urbano e a escola brasileira. **Revista do Migrante**, São Paulo, ano V, n. 12, 1992.